



SE 13. Territórios Indígenas enquanto Comunidades Políticas

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, Henyo Trindade Barretto Filho (Departamento de Antropologia/UnB) - Coordenador/a, Paulo Roberto Homem de Goes (UFPR) - Participante, Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) - Participante, Daniela Fernandes Alarcon (PPGAS/MN/UFRJ) - Participante, Henyo Trindade Barretto Filho (Departamento de Antropologia/UnB) - Participante, Sidnei Clemente Peres (Universidade Federal Fluminense) - Participante, Edviges Marta Loris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Participante, Rosamaria Santana Paes Loures (Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) - Participante

Em 1957, baseado em registros administrativos do SPI, Darcy Ribeiro caracterizava a população indígena no Brasil como composta por micro-sociedades isoladas no meio da floresta amazônica, com raros territórios definidos e dependente da tutela e proteção oficial. Nas décadas seguintes, com o aparecimento de mobilizações indígenas em diferentes partes do país, com a Constituição de 1988 e novas convenções internacionais, consolidou-se uma outra consciência quanto ao valor da diversidade sociocultural e a defesa de um patrimônio ambiental. Mais de 100 milhões de hectares foram formalmente reconhecidos como "terra indígena", apontando para formas de cidadania diferenciadas e para um regime pós-tutelar. O que mudou para os povos indígenas durante os últimos sessenta anos? Que novas experiências, conhecimentos e identidades resultaram, em cada caso específico, da luta pela demarcação das terras? Que novas comunidades políticas, que reconfiguram técnicas, que novos projetos de futuro alavancaram ou foram engendrados por essas mobilizações? Que referenciais os moveram e movem em sua inserção no Brasil contemporâneo? A presente chamada objetiva estimular contribuições de natureza etnográfica e analítica sobre como as práticas e estratégias colocadas em ação nas últimas décadas por povos indígenas específicos para a conformação de seus territórios técnicos, implicaram paralelamente na reconfiguração de suas culturas e nos seus modos de organização social.

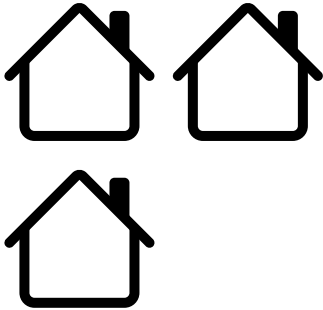
Ativismo indígena, territorialização e etnicidade no Médio Rio Negro.

Autoria: Sidnei Clemente Peres

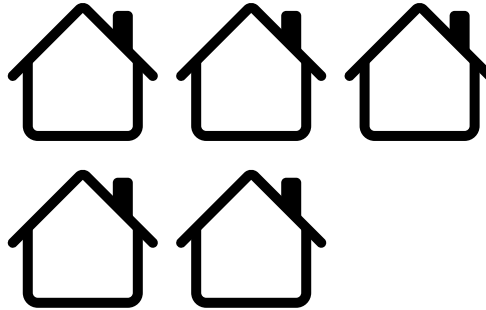
Neste work apresento os processos de territorialização, etnicidade e associativismo no Médio Rio Negro que desembocarão nas lutas mais recentes pelo reconhecimento oficial de terras indígenas. O eixo central da descrição e análise é o antagonismo entre o regime de aviação e a "comunidade" enquanto modalidades de uso dos recursos naturais e estratégias de reprodução social. No Alto Rio Negro, em meados dos anos 1980 no cerne de um processo de inversão do estigma étnico, crise da tutela missionária e militarização desenvolvimentista; a comunidade se torna a base territorial de codificação política do associativismo emergente. No início do século XXI, o associativismo toma novo fôlego no Médio Rio Negro, colidindo com o aviação e incrementando a luta por direitos territoriais.



Realização:



Apoio:



Organização:

